



Estado da Paraíba
Prefeitura de Santa Cruz
Gabinete do Prefeito

LEI MUNICIPAL Nº. 647¹, 02 DE DEZEMBRO DE 2024.

AUTOR: PODER EXECUTIVO | PREFEITO: PAULO CÉSAR FERREIRA BATISTA.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025 DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 66 da Lei Orgânica do Município, faço saber que a vontade soberana do Povo, pelos seus representantes na Câmara Municipal aprovou por **UNANIMIDADE** e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do orçamento geral desse município para o exercício financeiro de 2.025 no valor de R\$ 73.858.684 (*Setenta e Três Milhões, Oitocentos e Cinquenta e Oito Mil e Seiscentos e Oitenta e Quatro Reais*).

Art. 2º A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital na forma da legislação em vigor conforme especificações constantes no anexo 2, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964.

I - RECEITAS CORRENTES	R\$ 68.556.933
1.1 - RECEITA TRIBUTÁRIA	R\$ 2.780.281
1.2 - RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES.....	R\$ 1.169.114,00
1.3 - RECEITA PATRIMONIAL	R\$ 929.375,00
1.4 - RECEITA INDUSTRIAL	R\$
1.5 - RECEITA DE SERVIÇOS	R\$ 8.762,00
1.6 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	R\$... 59.429.217,00
1.7 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$.... 4.240.184,00
II - RECEITAS CORRENTES - (Intra-Orçamentaria)	R\$... 4.582.897,00
2.1 - CONTRIBUIÇÕES - (Intra-Orçamentária)	R\$.... 4.582.897,00
2.2 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES - (Intra-Orçamentária)	R\$
III - RECEITAS DE CAPITAL	R\$... 7.790.891,00
3.1 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	R\$
3.2 - ALIENAÇÕES DE BENS	R\$
3.3 - AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉTIMOS	R\$
3.4 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	R\$... 7.790.891,00
DEDUÇÃO DA RECEITA CORRENTE	R\$ (-) 7.072.037,00
TOTAL DA RECEITA	R\$ 73.858.684,00

Art. 3º A despesa será realizada na forma dos quadros analíticos constantes dos anexos desta Lei, conforme discriminação abaixo:

I - DESPESA POR ORGÃOS DE GOVERNO	
1 - PODER LEGISLATIVO	
10.01- CÂMARA MUNICIPAL	R\$ 1.881.128,00
<hr/>	
2 - PODER EXECUTIVO	
20.02 - GABINETE DO PREFEITO	R\$ 1.499.490,00
20.03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	R\$ 1.501.877,00
20.04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SEFIN	R\$ 2.642.045,00
20.05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	R\$ 2.432.420,00



Estado da Paraíba
Prefeitura de Santa Cruz
Gabinete do Prefeito

20.06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	R\$...18.977.104,00
20.07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$....5.616.701,00
20.08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$....1.481.024,00
20.09 - SECRETARIA DE SERVIÇOS URB.E MEIO AMBIENTE.....	R\$....9.590.324,00
20.10 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$..13.826.515,00
20.11 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	R\$.....927.223,00
20.12 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$....2.507.283,00
20.14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO	R\$.....276.153,00
20.15 - SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER, JUVENTUDE E IDOSO	R\$.....219.212,00
20.16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA.....	R\$.....917.988,00
20.17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E TURISMO	R\$....1.096.293,00
20.19 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	R\$.....536.317,00
20.20 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO	R\$.....240.391,00
20.21 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	R\$.....707.398,00
20.22 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO - SEPLAN	R\$.....322.036,00
3 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA PRÓPRIA	
30.01 - IPMSC - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUN. DOS SERV. DE SANTA CRUZ.....	R\$.....6.648.124,00

SUB TOTAL R\$ 73.847.046,00

RESERVA DE CONTIGÊNCIA R\$..... 11.638,00

RESERVA DE CONTIGÊNCIA (Instituto de Previdência Própria)..... R\$.....

TOTAL DA DESPESA R\$ 73.858.684,00

II - DESPESAS POR FUNÇÕES DE GOVERNO

01 - LEGISLATIVA	R\$.....1.881.128,00
04 - ADMINISTRAÇÃO	R\$7.133.062,00
08 - ASSISTENCIA SOCIAL	R\$5.451.234,00
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	R\$....6.648.124,00
10 - SAÚDE	R\$..19.443.216,00
12 - EDUCAÇÃO	R\$..19.172.573,00
13 - CULTURA	R\$722.519,00
15 - URBANISMO	R\$6.095.502,00
16 - HABITAÇÃO.....	R\$.....1.035.877,00
17 - SANEAMENTO	R\$1.236.917,00
18 - GESTÃO AMBIENTAL	R\$1.451.338,00
20 - AGRICULTURA	R\$592.978,00
24 - COMUNICAÇÕES	R\$276.153,00
25 - ENERGIA	R\$391.793,00
26 - TRANSPORTE	R\$....1.218.339,00
27 - DESPORTO E LAZER.....	R\$....1.096.293,00

SUB TOTAL R\$ 73.847.016,00

RESERVA DE CONTIGÊNCIA R\$ 11.638,00

RESERVA DE CONTIGÊNCIA (Instituto de Previdência Própria)..... R\$.....

TOTAL DA DESPESA R\$ 73.858.684,00

Art. 4º Durante a execução orçamentária, fica o Poder Executivo autorizado a:

I - Abrir Créditos Suplementares até o limite de 50% (cinquenta) por cento, bem assim, para operação de crédito por antecipação de receita orçamentária até o limite de 15% (quinze) por cento da receita prevista, nos termos do art. 7º, da Lei nº 4.320/64.



**Estado da Paraíba
Prefeitura de Santa Cruz
Gabinete do Prefeito**

II – Autorização definida neste artigo está limitada a 50% (cinquenta por cento) do total da despesa aprovada na Lei Orçamentária Anual e em créditos adicionais:

A transposição, transferência e o remanejamento são instrumentos de flexibilização orçamentária, diferenciando-se dos créditos adicionais.

Para efeito da Lei Orçamentária entende-se:

- a)** – Transposição – São realocações no âmbito dos programas de trabalho, dentro do mesmo órgão.
- b)** – Transferência – são realocações de recursos entre as categorias econômicas de despesas, dentro do mesmo órgão e do mesmo programa de trabalho.
- c)** – Remanejamento – São realocações na organização de um ente público, com destinação de recursos de um órgão para outro.

Art. 5º Para atender a abertura de créditos suplementares, fica o Poder Executivo igualmente autorizado a utilizar os recursos previstos nos incisos I, II, III, parágrafo 1º, art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Gabinete do Prefeito Constitucional do Município de Santa Cruz, Estado da Paraíba, em 02 de dezembro de 2024.


PAULO CESAR FERREIRA BATISTA
PREFEITO

(Originária do Projeto de Lei Municipal Nº. 015/2024)¹